
O PROCESSO DE ESCRITA AUTOBIOGRÁFICA DURANTE A PRODUÇÃO DE UM MEMORIAL DE FORMAÇÃO NO MESTRADO EM EDUCAÇÃO – FFP/UERJ

Antonio Silva de Araujo

Mestrando FFP/UERJ

antoniouerj18@gmail.com

RESUMO

O presente artigo aborda o processo de construção de um memorial de formação como capítulo integrante de uma dissertação de Mestrado e tem como objetivo apresentar considerações sobre esse processo de construção e desconstrução de concepções do que seria uma escrita acadêmica. Referenciais teóricos importantes são convidados a dialogar com a obra, na defesa de uma escrita autobiográfica, segundo a qual o trabalho com narrativas docentes apresenta-se como uma tentativa de ruptura com o que é estabelecido hegemonicamente. O processo de escrita autobiográfica requer um olhar atento para dentro de si, na tentativa de ressignificação de nossa própria existência enquanto pessoas, o que conseqüentemente influenciará nossa atuação profissional.

Palavras-chave: memorial de formação – escrita autobiográfica – narrativas de si

ABSTRACT

This article discusses the process of building a training memorial chapter as a member of a Master's thesis and aims to present considerations about the process of construction and deconstruction of conceptions of what would be an academic writing. Important theoretical frameworks are invited to get acquainted with the work in the defense of an autobiographical writing, according to which work with teacher's narratives is presented as an attempt to break with the established hegemony. The autobiographical writing process requires a close look inward, trying to reframe our own existence as a people, which in turn influence our professional performance.

Keywords: training memorial - autobiographical writing - narrative of itself

O PROCESSO DE ESCRITA AUTOBIOGRÁFICA DURANTE A PRODUÇÃO DE UM MEMORIAL DE FORMAÇÃO NO MESTRADO EM EDUCAÇÃO – FFP/UERJ

Apresentação

Escrever sobre nós mesmos não é tarefa fácil, principalmente quando estamos acostumados a nos esconder atrás de referências, de paráfrases e de postulações que defendem o princípio da neutralidade científica. O presente artigo objetiva relatar como se deu o meu processo de escrita de mim mesmo, durante a produção de um memorial de formação como capítulo inicial da dissertação de mestrado. Abordarei as dificuldades que tive em abandonar um estilo de escrita mais rígida para então compor uma escrita mais autoral, imprimindo minhas marcas e deixando que a própria escrita fosse ditando os rumos da minha produção. Este ensaio será um importantíssimo instrumento de reflexão para aqueles que se interessam pela escrita autobiográfica, segundo a qual as narrativas são capazes de desvelar os sujeitos, fazendo com que se mostrem em um ato político contra hegemônico.

Ao iniciar o curso de Mestrado em Educação, na Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FFP/UERJ), fui surpreendido por minha orientadora, Jacqueline Morais, quando solicitou-me que escrevesse um memorial. Nesse memorial eu relataria um pouco sobre a minha vida e sobre o meu processo de formação escolar e profissional. Inicialmente, tive muitas dificuldades. Confesso que foi um trabalho de desconstrução, pois me habituei, durante toda a graduação que fiz em Pedagogia e durante os cursos de especialização, que não deveríamos falar ou afirmar algo em nossas produções que não representasse um referencial teórico. Recordo-me que quando fazia afirmações em trabalhos, durante a graduação, vários professores sinalizavam a necessidade de eu citar algum autor, indicando um referencial teórico. Pensava que ao chegar em um curso de mestrado, isso iria se aprofundar. Tinha a ideia de que em um curso de pós-graduação *strictu sensu* eu iria discutir teoria ainda mais, no qual tudo o que eu vim construindo ao longo de minha vida acadêmica só se acentuaria.

Ao apresentar para a minha orientadora o início do meu memorial, que já estava com cerca de trinta laudas, com muitas citações e referenciais teóricos, ela me surpreendeu com a sugestão de que eu, momentaneamente, tirasse todos os autores citados e falasse apenas sobre mim. Isso foi difícil e comecei a contestar o porquê de eu ter que falar sobre mim em um curso voltado para a formação de pesquisadores. Não conseguia conceber a ideia de ter que produzir uma escrita acadêmica em primeira pessoa, imprimindo marcas de subjetividade totalmente

explícitas. A orientação de Jacqueline foi a de que eu começasse a escrever e só no final, de acordo com os rumos da escrita, convidaríamos autores para dialogar com o texto.

Um questionamento que a orientadora fez e que muito chamou-me a atenção foi quando me perguntou se eu havia lido todos os referenciais bibliográficos que eu apresentei na primeira produção que fiz. Disse que alguns eu tinha lido, mas que outros tinha usado apenas de trechos isolados ou que as leituras de alguns, citavam outros, dos quais me apropriei sem conhecimento integral da obra. Ela disse que não! Que seria relevante eu citar somente o que de fato eu tivesse lido. Isso para mim foi mais um movimento de desconstrução, visto que estava acostumado a fazer isso na academia, sempre obtendo sucesso.

Aos poucos fui refletindo e entendendo a proposta de Jacqueline Morais, pois ela dizia que eu só deveria citar uma referência se de fato ele fosse aparecer no decorrer do texto e não apenas em um trecho isolado. Fui compreendendo a necessidade de se citar referências que nos acompanhem não apenas como trechos e conceitos pré-conhecidos para se colocar nos trabalhos de produção textual, mas como referências para a nossa vida, tanto no aspecto pessoal como no aspecto profissional. Confesso que foi um movimento de profunda desconstrução. Comecei a ler artigos de vários autores que defendem a escrita autobiográfica como a própria Jacqueline Morais, Elizeu Clementino de Souza, António Nóvoa, entre outros. Apropriei-me mais dos textos e documentos sobre o próprio programa de mestrado no qual estou inserido, denominado Processos Formativos e Desigualdades Sociais, em especial sobre a linha de pesquisa na qual estou, cujo nome é Formação de Professores, História, Memória e Práticas Educativas. Percebi que a produção de narrativas docentes e a escrita autobiográfica são defendidas por essa linha e que configuram a identidade da mesma.

Alterei todo o texto que eu havia feito e comecei a falar sobre mim apenas, contando sobre a minha infância, contexto familiar, relatando como se deu a minha entrada na escola, os dilemas, os desafios e as conquistas. Falei também sobre o ingresso no Ensino Médio, que foi em um curso de Formação de Professores, denominado Curso Normal. Inicialmente, tinha escrito um texto com a preocupação de me autopromover, expondo apenas as vitórias e os sucessos. Tinha a concepção de que um memorial com fins acadêmicos seria isso. Mais uma vez a minha orientadora, Jacqueline Morais, chamou-me a atenção para também expor as dificuldades e os conflitos. Ela afirmava que o texto deveria ser ao máximo verdadeiro. Nós sabemos que não existe neutralidade na escrita e que toda produção escrita é um recorte daquilo que o autor almeja falar. Entre cortes e recortes, optei por compor uma escrita sobre mim sem muitos disfarces, mas que de fato representasse a minha personalidade e que falasse da minha vida da maneira mais simples possível.

Não poderia deixar de destacar que esse processo foi muito interessante, pois pude pensar sobre mim mesmo. Em nosso programa, optamos pelo modelo de orientação coletiva, que rompe com a centralização da avaliação de nossas produções apenas por parte da orientadora. Todos os demais alunos (orientandos) assumem o compromisso de também revisar e apresentar contribuições ao texto do outro. Neste processo, percebi que havia muitas incoerências em minha escrita, em afirmações que eu fazia constantemente, que sem me dar conta, não tinha parado para perceber que deveriam ser repensadas. O grupo ajudou-me a perceber isso. Vícios de escrita também puderam ser colocados em discussão e posso afirmar que aprendi a construir um olhar mais crítico sobre a minha própria escrita. Esse movimento de grupo, e principalmente de escrita autobiográfica, nos faz olhar para nós mesmos, tentando encontrar sentido para o nosso pertencimento a um curso de mestrado e consequente decisão por se inclinar à pesquisa.

Durante as discussões sobre a produção do memorial, pude refletir e atentar-me para aspectos da minha própria subjetividade que poderiam influenciar o meu posicionamento enquanto pesquisador, principalmente quando eu fosse partir para o campo de pesquisa. O modelo de escrita adotado pelo programa e as orientações coletivas fizeram-me crescer. Estive aberto a mudanças e encarei esse novo modelo de escrita como um desafio. Percebi que valorizar uma escrita autobiográfica e as narrativas docentes é uma forma de dar vez e voz aos que historicamente foram excluídos, em uma tentativa de ruptura com o sistema hegemônico. Permitir aos silenciados que falem sobre si, imprimindo suas marcas e não apenas reproduzindo o conhecimento/pensamento que já está pronto é construir novos conhecimentos, ampliando horizontes e adotando uma nova perspectiva de pesquisa em Educação.

Nos parágrafos que se seguem, farei algumas considerações teóricas sobre a escrita autobiográfica, em um processo de defesa das narrativas docentes. Logo depois, trarei trechos do meu próprio memorial, discutindo esse processo de escrita de mim mesmo durante o mestrado.

A escrita autobiográfica: conceituação teórica.

Souza (2007) inicia o seu texto refletindo sobre a história tradicional, que sempre reproduziu um discurso hegemônico descartando as minorias. Ele afirma que a historiografia tradicional nunca valorizou as fontes orais e enfatiza que o desenvolvimento tecnológico, com a descoberta da tecnologia do gravador e das fitas magnéticas, por volta de 1940, no Século XX, possibilitou que as memórias fossem arquivadas, o que ressignifica tal abordagem.

Souza (2007) afirma que a valorização da memória e das narrativas como fontes de produção de conhecimento ocorreu quando se problematizou a noção de cientificidade a partir da contestação do positivismo, que é uma ideia reguladora hegemônica. Segundo o autor, a partir

dessa contestação do positivismo, emergiram novas possibilidades de um paradigma compreensivo, como no campo da produção historiográfica, que passou a valorizar as fontes orais como forma de proporcionar aos excluídos a oportunidade de “transformar suas memórias em história, buscando memórias sociais que recuperassem os sentidos das vozes ausentes” (SOUZA, 2007. p.62). O autor afirma que “o reconhecimento da legitimidade dessas fontes para a pesquisa em História permitiu que vozes, até então silenciadas pela História Tradicional, reivindicassem o direito de falar” (SOUZA, 2007. p.63). Esse movimento de disputa é fundamental para que se possa repensar o contexto da atuação docente nos dias atuais.

O autor cita a contribuição dos grupos de pós-graduação, juntamente com a criação de diferentes grupos de pesquisa, para a ampliação das pesquisas com histórias de vida e autobiografias no campo da Educação. As problematizações de Souza (2007) muito podem ser relacionadas com as reflexões de Araujo e Morais (2013), que tecem toda uma reflexão na defesa de se dar vez e voz à escola, rompendo com a ideia hegemônica de se falar para a escola, em uma postura de imposição, através da qual não se dialoga com a escola. As autoras defendem uma formação docente que seja capaz de levar em consideração as histórias de vida das pessoas, como forma de problematização da própria vida escolar. Elas fazem a seguinte afirmação: “Buscamos em nossas ações formativas, que as escritas docentes possam fazer mover as histórias acomodadas nos porões da memória, pondo em movimento através da palavra escrita, aquilo que se viveu: na vida fora e dentro da escola” (ARAUJO e MORAIS, 2013, p.138). As autoras se engajam em uma luta contra a manutenção das postulações dominantes. Elas defendem que trabalhar com as memórias e histórias de vida dos estudantes dos cursos de formação docente é uma postura de valorizar os saberes que estes sujeitos já trazem consigo, em uma tentativa de entender seus anseios, dando voz àqueles que sempre foram silenciados.

Esse silenciamento é constatado quando podemos observar, em diversas situações cotidianas, quando pesquisadores das universidades são convocados para ministrarem cursos ou palestras para profissionais da escola básica. Isso é muito comum em programas de formação continuada promovidos por secretarias de ensino. Eu acredito que é uma maneira de afirmação da universidade como um *locus* privilegiado do conhecimento, reforçando a ideia de que somente nela se produz um conhecimento socialmente relevante e que por isso deve ser aceito. Isso reforça a concepção de que *pesquisador* é o que se encontra na universidade. Aos professores das escolas básicas cabe reproduzir o conhecimento acadêmico com o objetivo de modificarem suas práticas.

Por esse motivo, nas escolas nas quais trabalhei como professor dos anos iniciais do Ensino Fundamental, sempre ouvia colegas de trabalho dizendo que a teoria não servia para

nada. Muitos alegavam que o conhecimento produzido na universidade estava muito distante da prática, em uma postura de rejeição ao que postulava a academia. Eu sempre rebatia, alegando que a teoria servia para subsidiar a prática, e que por isso não poderíamos descartar os conhecimentos apregoados pela academia. Hoje entendo com mais sensibilidade as colocações de muitos dos meus colegas. Acredito que se trata de uma rejeição provocada por um sentimento de *incapacidade*, engendrado pelo sistema dominante, em uma espécie de afirmação de que ao professor da escola básica cabe executar, pois não é capaz de pensar a sua prática e seu cotidiano.

É por esse motivo que Morais (2008) defende a escrita de memoriais de formação, pois, para a autora, é uma forma de se ressignificar a formação docente, partindo dos saberes que os alunos já trazem consigo. Os estudantes das licenciaturas muitas vezes já estão inseridos no magistério, vivenciando toda a realidade escolar, por isso podem falar sobre ela, refletir sobre ela e criar estratégias de intervenção nela. Morais (2008) afirma que as narrativas sobre si, contidas nos memoriais, podem se tornar uma oportunidade para que os professores possam melhorar sua capacidade de ver e de pensar o que fazem. Vejamos o que a autora diz:

A narrativa sobre si, contida nos memoriais de formação, pode funcionar como uma das possibilidades que o professor concede a si próprio para melhorar a sua capacidade de ver e de pensar sobre o que faz. Ao escrever sobre sua própria vida, cada um pode construir uma forma de registro reflexivo e não meramente descritivo. Os memoriais de formação possibilitam a recuperação dos acontecimentos de uma vida e seu registro não somente pela memória, falha não poucas vezes, mas pelo escrito. Assim, é possível a leitura diacrônica do vivido e sua ressignificação, feito não somente que viveu e registrou o acontecido, mas também por quem a lerá, como no caso dos memoriais produzidos como parte integrante dos textos monográficos. (MORAIS, 2008, p. 3).

A autora defende a escrita de memoriais como uma forma de potencialização do cotidiano escolar, em que se estabelece um diálogo na escola como um eixo central de formação, pois como já disse aqui, muitos dos alunos de licenciatura já estão inseridos no magistério e, mesmo que não estivessem, não podemos descartar a hipótese de que todos são alunos e que já dispõem de uma frequência obrigatória na escola durante muito tempo, e que, por isso, podem falar sobre tal instituição. Morais (2008) enfatiza a importância da escrita de memoriais de formação na medida em que podem permitir aos alunos/professores, a descoberta de si e a reconstrução do sentido de sua vida profissional. Trata-se de olhar para dentro de si, buscando entender as aspirações e conflitos internos, em uma postura de reflexão sobre o eu. A partir do

pensamento da autora, podemos afirmar que conhecer a si mesmo é fundamental na formação docente, pois quem se autoconhece é capaz de olhar para o outro com mais sensibilidade e problematizar suas próprias ações.

De acordo com a autora, espera-se que nesse movimento de escrita de si, contido nos memoriais de formação, os sujeitos possam tecer um texto de autodescoberta em uma importante postura de reflexão sobre a própria subjetividade, focalizando o âmbito profissional. Morais (2008) acredita que esse processo é potencializador das próprias práticas profissionais, pois é capaz de produzir conhecimentos significativos sobre o próprio contexto de atuação docente.

No caminho das reflexões que estamos construindo aqui, acerca da escrita de memoriais de formação, ou seja, da escrita autobiográfica em processos formativos de educadores, não poderia deixar de citar Walter Benjamin (1987), tomando como referência o seu texto *O Narrador: considerações sobre a vida de Nikolai Leskov*. Nesse texto Benjamin cita o escritor russo Leskov e sua obra, pois via em Leskov um conhecedor profundo da cultura do seu povo. Para Benjamin (1987), Leskov caminhava na contramão da literatura burguesa da época, que era o romance, que apenas via o homem como um ser isolado. As narrativas de Nikolai Leskov baseavam-se na tradição oral, nas experiências cotidianas do povo russo. A própria linguagem que Leskov empregava em suas narrativas era a usada no dia a dia do povo russo.

Benjamin (1987) tece seu texto sempre na perspectiva de valorizar os silenciados. É interessante quando ele cita dois grupos que podem ser considerados como narradores, que é o camponês sedentário e o marinheiro comerciante. Essa relação é relevante para entendermos, na perspectiva do autor, que não é só o marinheiro, que viaja muito, que tem coisas para contar, mas precisamos também valorizar o camponês, que mesmo com toda a sua simplicidade, é capaz de fazer narrativas tão genuínas e verdadeiras. Para Benjamin (1987), a narrativa é uma forma artesanal de comunicação, pela qual o narrador *deixa a sua marca* naquilo que conta.

Benjamin (1987) foi apresentado aqui porque suas postulações reforçam a defesa das escritas narrativas. Benjamin (1987) acreditava que as narrativas sempre foram uma espécie de encontro com a cultura do próprio povo, que se ressignifica e continua viva para sempre. A valorização das narrativas como forma de conhecimento é a intencionalidade que está por trás dos memoriais de formação. Benjamin (1987) nos ajuda a entender isso, principalmente quando estabelece a relação entre o *camponês sedentário* e o *marinheiro comerciante*, citada anteriormente, através da qual ele parte de um pressuposto ideológico de valorização dos silenciados cultural e historicamente. É justamente isso que a escrita de memoriais afirma. É uma tentativa de se contestar o sistema hegemônico na medida em que se defende que o conhecimento não deve ser concebido em uma postura vertical, em que só a universidade o

detém, mas que pode ser construído com todos, principalmente com aqueles que conhecem de perto/dentro a realidade escolar.

O Memorial de formação em foco.

Na tentativa de apresentar exemplos do que se configura uma escrita memorialística, em que narramos a nossa própria trajetória em um constante processo de reflexão, apresento a seguir alguns trechos do trabalho que redigi como primeiro capítulo da minha dissertação do Mestrado em Educação Processos Formativos e Desigualdades Sociais, da Faculdade de Formação de Professores da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

No início do trabalho, fiz algumas considerações sobre o processo de escrita memorialística que reforçam os argumentos que expus neste ensaio:

Diante do que expus até aqui, seria hipocrisia da minha parte dizer que a escrita de um memorial foi bem aceita por mim e que foi fácil, pois não foi. Foram muitos finais de semana de revisão textual e de reflexões, tentando criticar a minha própria escrita, na busca de um texto que representasse a minha subjetividade, simplesmente falando sobre mim, algo que posso dizer que foi difícil, pois tratava-se de uma atividade com a qual eu não estava acostumado. Os encontros de orientação coletiva também me ajudaram muito. Nesses encontros eu compartilhava, não só com Jacqueline, mas com as suas demais orientandas, Rejane e Tatiane, minhas produções escritas. Elas problematizavam meus textos e ajudavam-me a perceber as contradições que estavam presentes no corpo escrito, sempre com um posicionamento respeitoso em relação ao que estava sendo construído. Não só elas liam e apresentavam contribuições ao meu texto, como eu também fazia com os delas. Foram momentos muito ricos. Construímos a consciência do que é trabalho coletivo. O compromisso com o outro faz-me assumir um compromisso comigo mesmo. É importante afirmar isso, pois entendemos, em nosso Grupo de Pesquisa sobre Alfabetização, Leitura e Escrita, que o trabalho compromissado com a coletividade reforça ideais democráticos de respeito ao que é social e de bem comum. Entendemos que estamos na universidade não para produzir um conhecimento distante, mas para de fato problematizarmos as demandas sociais, pesquisando no sentido de se estar prestando um serviço público e que precisa ter relevância para a sociedade. (ARAÚJO, 2016, p.2)

No trecho que destaquei acima, tive a preocupação de não escrever um texto que soasse falso. Entendo que todas as vezes em que vamos produzir uma escrita, fazemos seleções e até mesmo recortes, mas a minha maior preocupação foi a de mostrar acontecimentos e fases da minha vida, que considero constituidoras do meu *eu* profissional. Mais uma vez reafirmo a

minha concordância com a abordagem de Nóvoa (1992), que afirma que não existe a possibilidade de separação entre o *eu* profissional e o *eu* pessoal. Em nossas práticas pedagógicas, muitas das vezes imprimimos de forma muito forte marcas de nossa subjetividade, o que pode ser positivo ou não, dependendo das formas com que essas marcas são apresentadas. É por isso que eu acredito que a escrita de memoriais, acompanhada de um profundo processo de reflexão, pode nos levar a desconstruir contradições e incoerências em nossa própria forma de enxergar o mundo. Isso aconteceu comigo, conforme destaquei no trecho apresentado anteriormente.

Conforme já disse no início desse trabalho, que não foi fácil desconstruir o que eu entendia por escrita acadêmica, como aquela que só pode basear-se em referenciais teóricos, desconstruir isso e pensar em outra forma de escrita, em que eu pudesse aparecer no texto, foi um desafio. Hoje entendo que os referenciais não podem ser citados de forma solta e isolada nos textos, mas que, em se tratando de escrita narrativa, precisam fazer parte de nossas vidas, pois a apropriação consciente e crítica dos mesmos é fundamental. No trecho que coloquei a seguir mostro um pouco do relato onde narrei as provocações da minha orientadora para que eu pudesse mostrar-me mais, aparecendo no texto.

(...) Jacqueline Morais, que afirmava a todo o momento que eu deveria trazer para os textos a minha marca. Ela dizia que não conseguia me ver nos textos, alegando que poderia até mesmo se tratar de uma postura de autodefesa, de “proteção à face”. Na medida em que nos anulamos para dar voz apenas a autores, trata-se de uma opção que fazemos como forma de não nos mostrarmos, tentando esconder nossos pensamentos, mesmo que esses autores expressem, de certa forma, nossa maneira de ver o mundo. Posso dizer que os questionamentos de Jacqueline mexeram comigo, pois nunca tinha sido questionado por outrem dessa forma. (ARAUJO, 2016, p.1)

No trecho anterior relatei, de maneira geral, esse processo de reflexão que tive nos encontros de orientação coletiva. Aos poucos fui compreendendo que a escrita de si poderia se tornar um importante meio de problematização da minha própria prática. É por isso que defendo a escrita de memoriais como um processo formativo, pois me apoio em referenciais que levantam essa abordagem, como Souza (2007), que defende a escrita de narrativas de formação como forma de dar vez e voz aos silenciados histórica e culturalmente, como Araujo e Morais (2013) que entendem a escrita de memoriais como forma de se potencializar o cotidiano escolar. A sociedade nos leva a acreditar que só é pesquisador quem está na universidade e aos professores da escola cabe a reprodução dos conhecimentos que esta instituição postula. Partir da

premissa da valorização das vozes silenciadas é assumir uma postura contra hegemônica de contestação do sistema.

Não poderia continuar falando sobre o movimento de escrita do meu memorial sem citar Larrosa (2002), um dos autores que mais me encantou durante o processo de pesquisa atrelado à autoria do meu próprio texto autobiográfico. Larrosa (2002) afirma que “a cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece” (p.21). O autor faz uma crítica à *sociedade da informação*, na qual somos levados a saber cada vez mais sobre as coisas, mas nesse movimento de busca por informação, quase nada nos passa e nos move. Somos carentes de experiências significativas que de fato possam influenciar nossa subjetividade e consequente maneira de enxergar o mundo. É interessante que Larrosa (2002) aborda a questão de a sociedade atual conceber o sujeito bem informado como aquele que detém o conhecimento. Vemos isso em boa parte de nossas escolas, em que o que interessa é a obtenção de informações.

Larrosa (2002) parte da premissa de que o saber que construímos a partir das experiências significativas são muito mais relevantes, visto que mexem com nossa personalidade, ampliando e até mesmo modificando nossas formas de ver o mundo e de encarar a vida. Para que isso se dê, segundo o autor, precisamos nos expor, deixando que as coisas nos aconteçam. Ele defende que assumamos uma postura passiva diante da vida, não no sentido de alienação, mas no sentido de paramos para deixar as coisas nos tocarem e nos transformarem. Larrosa (2002) diz que “é incapaz de experiência aquele que se põe, ou se opõe, ou se impõe, ou se propõe, mas não se expõe.” (p.25)

Como Larrosa (2002) fala sobre experiências significativas, citarei a seguir mais um trecho do meu memorial, onde narro uma experiência marcante para mim como docente:

Outra ação desempenhada, juntamente com a turma de quinto ano em que atuei, na rede municipal de ensino da Cidade de Nova Iguaçu, foi a eleição do colegiado da classe. Uma vez por mês nos reuníamos, com toda a turma, para refletirmos sobre as ações dos professores e dos colegas. No início foi difícil, pois os alunos entendiam que os encontros do colegiado seriam um momento para criticarem o comportamento dos demais colegas. Conversei muito com eles e disse que tais encontros deveriam ser antecipados com uma pauta, onde já saberíamos o que iríamos discutir e que a proposta era a de que nós falássemos sobre as aulas, sobre as metodologias adotadas por mim, sobre as atividades que eles estariam sentindo falta, sobre as sugestões que eles teriam para que pudéssemos enfrentar problemas como indisciplina e falta de interesse pelas aulas, entre outros.

Com o passar do tempo, os estudantes foram entendendo a proposta e passaram a se colocar com mais propriedade. Recordo-me que inicialmente os encontros do colegiado se

tornavam um caos, pois os alunos falavam o tempo todo, não ouvindo uns aos outros. Eu precisava a todo o instante questioná-los sobre o que era tal momento para eles, tentando fazer com que eles produzissem sentido aos encontros do colegiado. Percebia que boa parte dos alunos gostava das reuniões, pois encontravam nas mesmas uma forma de fugirem das aulas. Levá-los a uma seriedade, entendendo a proposta do encontro, não foi tarefa fácil. Recordo-me de quando dizia para eles que os encontros do colegiado eram um momento de participação, onde eles teriam a chance de se colocarem, que a partir das questões que seriam discutidas, nós poderíamos repensar nossas ações e construir juntos um espaço de aprendizagem que fosse de todos. (ARAUJO, 2016, p.16-17)

Destaquei o trecho citado anteriormente porque foi uma experiência que tive quando fui professor do primeiro segmento do Ensino Fundamental, da rede municipal de ensino da Cidade de Nova Iguaçu, no Rio de Janeiro. A criação de um colegiado, juntamente com a turma, fez com que ressignificássemos o conceito de participação, vivendo-o na prática. Foi para mim uma realização profissional e por isso apresentei parte dessa experiência aqui, pois entendo que a escrita de um memorial é justamente isso, um processo de construção de sentidos, em que as experiências que nos movem e nos passam possam ser capazes de nos fazer refletir e de irmos construindo/desconstruindo nossa personalidade.

Lembro-me de ter apresentado, logo no início do mestrado, um texto que mais parecia uma trajetória de sucesso. A própria Jacqueline Morais e os demais colegas do grupo de orientação coletiva chamaram-me a atenção para isso. É importante relatar isto aqui porque o olhar do outro muitas das vezes nos ajuda a enxergar aquilo que não vemos. Foi a partir daí que passei a assumir uma escrita de mim mesmo mais cuidadosa e mais detalhada, desconstruindo a ideia de que a minha escrita deveria ser para a autopromoção, em uma tentativa de apresentar apenas os sucessos e conquistas. Os desacertos e as dificuldades também nos ajudam a crescer e a evoluir. Aprendemos muito com eles. Foi a partir daí que passei a apresentar em meu memorial também as dificuldades que tive. Uma dessas dificuldades foi a questão da minha inserção enquanto professor do sexo masculino no universo do primeiro segmento do Ensino Fundamental. Recordo-me de as gestões das escolas por onde passei apenas deixarem eu assumir turmas de quarto e de quinto ano. Isso me incomodava, pois não podia acreditar que a própria escola fosse capaz de reproduzir preconceitos. Sempre postulei que a escola, enquanto espaço de formação crítica, deveria caminhar na tentativa de desconstruir paradigmas e estereótipos, e não os reforçar. Vejamos um trecho do meu memorial em que relato isso:

Algo que sempre me incomodou muito nessa minha inserção enquanto homem no universo do primeiro segmento do Ensino Fundamental é que, embora eu gostasse de trabalhar

com turmas de quarto e de quinto ano, tinha o desejo de atuar em outras séries, como em turmas de terceiro ano e em classes de alfabetização. O que eu percebia é que as direções das escolas em que eu passei sempre procuravam me alocar em classes maiores pelo fato de eu ser homem. Já cheguei até a questionar em algumas escolas sobre isso. Eu afirmava que a escola, como um local de liberdade de pensamento e de contestação social, não poderia reproduzir os preconceitos presentes na sociedade, mas meu discurso nunca deu certo. Eu sempre ficava com as turmas maiores, não que eu desgostasse, mas estava sendo impedido de ter a possibilidade de ampliar minhas experiências, o que foi muito doloroso. Repensar a inserção do professor do sexo masculino no universo infantil é uma temática que ainda precisa ser muito discutida e amadurecida não só pela academia, mas por toda a sociedade. (ARAUJO, 2016, p.18)

Como se pôde observar, o memorial é um instrumento riquíssimo de reflexão sobre a formação. Nele encontramos aspectos da nossa vida que precisam ser problematizados e poderemos ser imersos em um profundo processo de construção/desconstrução de nossas próprias certezas. Essa ressignificação pessoal, capaz de ser promovida a partir de uma escrita de si crítica e compromissada, é importantíssima para se pensar a formação dos professores na conjuntura atual.

Considerações Finais

Diante de tudo o que foi discutido e apresentado neste ensaio, entendo a escrita autobiográfica como um posicionamento político contra hegemônico, no sentido de se ouvir os excluídos socialmente. Nossos educadores estão historicamente submetidos às influências de correntes teóricas até mesmo estrangeiras e foram caindo num posicionamento de silenciamento, através do qual parece que a sociedade já não concebe mais os professores como capazes de discutir as problemáticas da Educação e de apontar caminhos. Quando defendo a escrita de memoriais, é no sentido de dizer que os educadores precisam protagonizar suas formações, pensando sobre a sua própria vida para então se auto reconhecer e problematizarem seus fazeres profissionais.

Como já foi apontado, Nóvoa (1992) afirma que não há como se separar o *eu* pessoal do *eu* profissional, pois ambos se complementam. Por isso é importante que o educador faça uma análise profunda de quem ele é para então poder atribuir sentido às suas ações, refletindo constantemente sobre a prática. É importante que nesse processo de reflexão, o educador se situe como o protagonista de sua prática, assumindo uma postura de pesquisador constantemente.

Morais (2008), quando defende a escrita de si em memoriais de formação, está justamente reforçando essas concepções, de que o educador precisa pensar sobre si, sobre o seu

ser subjetivo para então refletir sobre a sua prática como um todo. Esse processo não é fácil. Posso dizer isso por experiência própria, conforme relatei aqui, pois tive muita dificuldade de falar sobre mim, entendendo os referenciais teóricos como algo que precisavam fazer parte da minha vida e das minhas concepções. Na medida em que vou tecendo meu texto autobiográfico, vou convidando referenciais para irem dialogando e problematizando as concepções que trago ali. Nenhuma escrita é destituída de carga ideológica. Digamos que não há neutralidade na escrita. O que se defende no modelo de escrita autobiográfica aqui discutido é que o autor não apenas se baseie em referenciais teóricos se escondendo nos mesmos, mas que ele próprio assuma o protagonismo da escrita em uma constante postura de reflexão, concebendo os referenciais como aliados e não como imperativos.

Benjamin (1987) retrata isso muito bem. Quando o autor defende a narrativa, assemelhando-a ao trabalho de um artesão, ele está querendo dizer que a narrativa é construída e reconstruída no cotidiano, que fazer narrativas é como se fosse um ofício manual. Benjamin (1987), conforme já coloquei neste ensaio, sempre procurou valorizar os silenciados, ou seja, aqueles que a sociedade excluiu. É neste sentido que a escrita de narrativas docentes e de escritas autobiográficas caminha, em uma espécie de ruptura com o que se estabeleceu hegemonicamente, que é ouvir apenas os mais privilegiados. Os professores da escola básica sempre estiveram de fora dessas postulações.

Recentemente, participei do Fórum de Alfabetização, Leitura e Escrita (FALE) na FFP/UERJ. Esse encontro muito me chamou a atenção, pois contou com a presença de duas professoras da educação básica e de uma professora da universidade. As três compuseram a mesa em uma espécie de reflexão e de debate. Fui muito gratificante ver como as professoras da escola básica se sentiram privilegiadas em estar naquele espaço e como as experiências cotidianas que elas relataram envolveram a maior parte da plateia. Pude perceber que algumas pessoas que estavam assistindo, expressaram certo descontentamento em ver educadores de escolas do primeiro segmento tomando a palavra. Quando a professora da academia passou a falar, percebi que muitos deram mais atenção às suas postulações. Isso reforça o que está engendrado culturalmente, que é essa diferenciação entre o saber acadêmico e o saber escolar.

Observar as professoras da escola básica falando e compartilhando suas experiências foi muito enriquecedor. Defendo que a universidade plural e democrática que postulamos deva fazer isso. Para subsidiar essa reflexão, recorro a Garcia (2001), que faz um importante debate sobre a necessidade de a academia dialogar com a escola. A autora afirma que se as nossas pesquisas são sobre a escola e para a escola, os resultados e os conhecimentos advindos dessas pesquisas devem com a escola dialogar, para que se produza um saber em uma perspectiva horizontal.

Segundo Garcia (2001), “se a escola é o fim de nossas pesquisas, o resultado de nossas pesquisas deveria a ela chegar e, de algum modo, a ela beneficiar” (p.11). A autora defende uma relação mais estreita entre universidade e escola, na medida em que nossas pesquisas tenham sentido para ajudarem os docentes da educação básica a enfrentarem a complexidade que o cotidiano lhes apresenta.

As postulações de Garcia (2001) vieram à minha mente durante o FALE e senti-me muito feliz em reconhecer nos docentes daquela universidade o compromisso com a pluralização do conhecimento e com o serviço público que de fato vá de encontro às demandas sociais, em uma perspectiva de dialogicidade.

Este artigo foi escrito nessa perspectiva, que é a de contestação ideológica do sistema hegemônico. Acredito na escrita de memoriais como forma de se valorizar as experiências das pessoas, dando a oportunidade de se expressar aqueles que historicamente foram silenciados. Este trabalho é um convite à reflexão sobre o que estamos fazendo na academia. A quem interessa o modelo de formação que se propõe a universidade? O texto memorialístico é capaz de levar o sujeito a ressignificar a sua existência, em uma postura de constante reflexão, atribuindo sentido então ao que faz em sua prática profissional, ampliando a sua visão sobre o mundo como um todo.

Referências bibliográficas

ARAÚJO, Antonio Silva de. *Memorial: as experiências que nos passam e influenciam a construção de nossa subjetividade*. Texto memorialístico parte da dissertação do curso de mestrado, ainda não concluída. São Gonçalo: FFP/UERJ, mimeo, p.1-25, 2016.

ARAÚJO, Mairce da Silva; MORAIS, Jacqueline de Fátima dos Santos. A memória que nos contam: narrativas orais e escritas como dispositivo de formação docente. *Interfaces da Educ.*, Paranaíba, v.4, n.10, p.134-148, 2013.

BENJAMIN, Walter. *O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In: BENJAMIN, W. *Magia e técnica, arte e política. Obras Escolhidas*. São Paulo: Brasiliense, 3 ed., 1987.

GARCIA, Regina Leite. Para que investigamos - Para quem escrevemos: reflexões sobre a responsabilidade social do pesquisador. In: _____. (Org.). *Para quem pesquisamos: Para quem escrevemos: o impasse dos intelectuais*. São Paulo: Cortez, 2001.

LARROSA, Jorge Bondía. *Notas sobre a experiência e sobre o saber de experiência*. Revista Brasileira de Educação. Edição n. 19, p.20-28, jan-abr, 2002.

MORAIS, Jacqueline de Fátima dos Santos. *A escrita de si em memoriais de formação*. In: V Congresso de Letras da Universidade do Estado do Rio de Janeiro – São Gonçalo. São Gonçalo:

Botelho Editora, 2008. Disponível em: <http://www.filologia.org.br/cluerj-sg/anais/v/completos%5Ccomunicacoes%5CJaqueline%20de%20F%C3%A1tima%20dos%20Santos%20Morais.pdf> Acesso em: 14 de junho de 2016.

NÓVOA, Antônio (Org). *Vida de Professores*. Portugal: Porto Editora, 1992.

SOUZA, Eliseu Clementino. *(Auto)biografia, histórias de vida práticas de formação*. Memória e Formação de Professores [online]. Salvador: EDUFBA, p.58-74, 2007.